# UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL: O BIOEXTRATIVISMO NO AMAZONAS

José Júlio César do Nascimento Araújo[1] , Cleilton Sampaio de Farias[2] , Genildo da Silva Macedo[3]

[1] Mestrando em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Acre, professor da rede pública de ensino do Acre e do Amazonas, especialista em Gestão de Políticas Públicas, autor do livro O Homem Falando no Escuro (UEA - SEC, 2003) e Simbolismo e Imaginário: um olhar sobre a cultura no Vale do Juruá (Valer, 2007).amadeus13julio@gmail.com
[2] Gestor de Políticas Públicas do Acre, Mestrando em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Acre, Membro do grupo de Estudos: Dinâmica Regional e Agropecuário – GEDRA/UNESP – Presidente Prudente. cleilton.sampaio@ac.gov.br
[3] Geógrafo, especialista em Metodologia do Ensino Superior. gedoczs@hotmail.com

## RESUMO

O presente artigo apresenta a dinâmica de desenvolvimento do Programa Zona Franca Verde (PZFV) no Amazonas, onde o desafio da sustentabilidade é colocado na dimensão da inserção da Economia Ecológica nas práticas econômicas. Para o melhor entendimento, se estabelece o conceito de Bioextrativismo - o extrativismo para a vida, ou o entendimento do homem como parte da biodiversidade e da biodiversidade como parte da vida do homem - que molda a racionalidade ambiental presentes em caboclos, índios, seringueiros, varzeiros, praieiros, ribeirinhos, castanheiros, farinheiros, caçadores, benzedores, povos de terra-firme, lagueiros, canoeiros, igarapezeiros, barqueiros, agricultores, pescadores, plantadores de juta, dentre outros. A floresta e os recursos naturais são vistos como essenciais ao homem e este também se situa como parte da natureza e do espaço onde está inserido levando-o fazer usos múltiplos do seu território, o que garante a sustentabilidade das áreas amazônicas e precisam ser mantidas nas políticas de desenvolvimento.
**Palavras – chaves:** Bioextrativismo; Programa Zona Franca Verde; Racionalidade Ambiental; Economia dos recursos naturais.

## ABSTRACT

This article presents the dynamics of development of the Zona Franca Verde (PZFV) in Amazonas, where the challenge of sustainability is put in the size of the insertion of Ecological Economics in economic practices. For better understanding, setting forth the concept of Bioextrativismo - the extraction for life, or the understanding of man as part of biodiversity and biodiversity as part of the life of man - that shapes the rationality in environmental caboclos, Indians, rubber tappers, varzeiros, praieros, riparian, chestnuts, pudding, hunters, benzedores, people of earth-firm, lagueiros, canoeiros, igarapezeiros, boatmen, farmers, fishermen, growers of jute, among others. The forest and natural resources are seen as essential to man and this also is noted as part of nature and the space where it is inserted leading to multiple uses of its territory, ensuring the sustainability of the Amazonian areas and must be kept in Development policies.
**Keywords**: Bioextrativismo; Zona Franca Verde Program; Environmental Rationality, Economics of natural resources.

## INTRODUÇÃO

Para Leff (2001), o planejamento de políticas ambientais para um desenvolvimento sustentável, baseado no manejo integrado dos recursos naturais, tecnológicos e culturais de uma sociedade, conduz à necessidade de compreender as inter-relações que se estabelecem entre processos históricos, econômicos, ecológicos e culturais no desenvolvimento de forças produtivas da sociedade.

Isto obriga a pensar nas relações de interdependência e multicausalidade entre os processos sociais e ecológicos que condicionam o potencial produtivo dos recursos de uma formação social, seus níveis de produtividade e as condições de preservação e regeneração dos recursos naturais. No Amazonas, vivenciamos um momento novo nas políticas públicas desde 2003, com a criação do Programa Zona Franca Verde.

Na visão deste programa que direciona todas as políticas de governo desde sua criação, o desenvolvimento no interior do Estado, acontecerá nos 61 municípios de microrregiões diferentes, com múltiplos estágios de desenvolvimento econômico, "[...] a partir de sistemas de produção agropecuários, pesqueiros e florestais ecologicamente saudáveis amparados por políticas púbicas integradas'' (AMAZONAS, 2002, p. 05).

O presente artigo busca apresentar um olhar sobre a dinâmica do desenvolvimento do Programa Zona Franca Verde (PZFV). Pretende-se fazer uma reflexão a cerca de como o modelo implantado, pelo supracitado programa, está construindo uma nova racionalidade ambiental nas relações homem-natureza, aliando eficiência econômica, sustentabilidade de recursos naturais e valorização do homem por meio da cidadania dos povos tradicionais e indígenas. Neste viés, desenvolvemos os pressupostos teóricos do Bioextrativismo como possibilidade de compreensão de desenvolvimento no Amazonas e para a compreensão dos modos de vida sustentáveis e seu possível redimensionamento dentro das políticas publicas de conservação na Amazônia.

## 1. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ECONOMIA DOS RECURSOS NATURAIS

Os princípios fundadores do desenvolvimento sustentável são extremamente novos. Seus preceitos, suas análises e aplicações econômicas, muitas vezes, desconsideram as regras do capitalismo. Segundo Sachs (1986) para atingir o desenvolvimento sustentável, não se deve limitar-se à sustentabilidade ambiental mas, é necessário observar as outras dimensões da sustentabilidade. Dentre elas, podem ser destacadas a sustentabilidade social com a homogeneização social, a distribuição de renda justa, o emprego pleno e a qualidade de vida; a sustentabilidade cultural com o desenvolvimento endógeno. Neste sentido, para Sachs (1986, p. 10) Ecodesenvolvimento seria:

> [...] uma aposta em um desenvolvimento econômico e social contínuo, harmonizado com a gestão racional do ambiente, que passa pela redefinição de todos os objetivos e de todas as modalidades de ação. O ambiente é na realidade uma dimensão do desenvolvimento.

A compreensão da gestão do desenvolvimento sustentável passa pelo entendimento dos mecanismos que controlam e direcionam o capitalismo. Para compreender o desenvolvimento sustentável é extremamente necessária uma discussão mais ampla quanto à própria sustentabilidade do sistema industrial-capitalista. Aqui, deve-se lançar o olhar para duas racionalidades que pautam as relações modernas de mercado: os princípios da economia ambiental

e a economia ecológica. Para Stahel (1994, p. 10):

> A atual crise ambiental e a busca de um desenvolvimento sustentável tornam urgente a inclusão da problemática da entropia no pensamento econômico, uma vez que o que ameaça a sustentabilidade do processo econômico é justamente a base material que lhe serve de suporte, bem como a capacidade do meio de absorver a alta entropia resultante do processo econômico.

O desafio da sustentabilidade, colocado nesta dimensão, consiste em inserir nas práticas econômicas os princípios da Economia Ecológica, não se esquecendo de considerar sua dimensão social, cultural e ética. Neste sentido, é preciso, segundo Romeiro (2001), criar o quanto antes mecanismos e políticas que direcionem para novas relações de consumo e de uso dos recursos naturais. A economia ecológica seria uma chance de rever os princípios organizativos do mercado e sua racionalidade. Para o autor (2001, p. 14):

> A economia ecológica vê o sistema econômico como um subsistema de um todo maior que o contém, impondo uma restrição absoluta à sua expansão. Capital e recursos naturais são essencialmente complementares. O progresso científico e tecnológico é visto como fundamental para aumentar a eficiência na utilização dos recursos naturais em geral (renováveis e não renováveis) e, nesse aspecto, esta corrente partilha a convicção de que é possível instituir uma estrutura regulatória baseada em incentivos econômicos capaz de aumentar imensamente esta eficiência.

Romeiro (2001) acredita que a principal dificuldade de implantar um sistema de desenvolvimento reside no enfrentamento político de mudar o sistema de produção e acumulação capitalista. Porém, mesmo privilegiando a economia ecológica, Stahel (1994) coloca limites à possibilidade de termos um desenvolvimento que absorva todas as externalidades do mercado, pois no capitalismo tal desenvolvimento vai ser sancionado e dirigido pelas forças de mercado, pela sua capacidade de gerar lucro ou não. É a primazia do quantitativo que sobressai no mercado e não seu inverso. Observar isto é pertinente, uma vez que é preciso rediscutir a própria base do sistema capitalista.

## 2. MODOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS E A REAFIRMAÇÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE AMBIENTAL E PRODUTIVA

Na Amazônia, após a morte de Chico Mendes e o surgimento das primeiras reservas extrativistas, projetos agroflorestais e unidades de conservação começam a esboçar uma nova geografia (reescrita do espaço), apontando para uma reconfiguração reapropriativa dos espaços onde estas comunidades tradicionais mantinham seus vínculos. Uma geografia nascida e fomentada pela emergência de diversos movimentos sociais que lutam pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais como ‘’elemento de *re-existência”* das comunidades tradicionais. O que Gonçalves (2000), caracteriza como uma luta para *resistir* contra os que exploram, dominam e estigmatizam essas comunidades, mas também por uma determinada forma de *existência,* um determinado modo de vida e de produção, de pensar e viver com e na natureza, isto, de certa forma, tem configurado o novo espaço. Hoje varzeiros, seringueiros, praieiros, quilombolas, ramaizeiros, castanheiros, índios e pescadores têm construído uma nova idéia de reforma agrária pautando-se pela reordenação de territórios (reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável, áreas de conservação e manejo de lagos e rios), amparada na dinâmica de sua ocupação

ancestral, onde estes têm algum sentimento de pertencimento e desenvolveram formas reais de conservação e (con) vivência com a natureza.

Nesta discussão, que também envolve um conjunto de políticas nacionais, há veladamente dois projetos que se materializam na realidade amazônica:

a) Primeiro, uma grande visibilidade da questão ambiental o que coloca a Amazônia Sustentável - Acre, Amazonas e Amapá e, agora, Roraima - como vetor do 'desenvolvimento sustentável'. Palco de lutas, incentivadas por ONGs e governos pela preservação da biodiversidade, que passa pelo aparelhamento das comunidades tradicionais' para a luta por seus 'direitos étnicos', antropológicos e ambientais. Esse processo redimensiona e complexifica a questão agrária, como já foi exposto acima, uma vez que não é mais a estratégia oficial que tem feito a reforma agrária na Amazônia, mas as comunidades que tem reclamado a posse de seus territórios.

b) Por outro lado, na outra Amazônia (Central e Oriental), empresas de agronegócios, madeireiros, pecuaristas, sojeiros, arrozeiros lutam por demandas diferentes. Tal fato se faz uma constante, segundo Becker (2005, p. 83), por ser este o ''*arco do povoamento con-solidado,* porque é onde estão as cidades, as densidades demográficas maiores, as estradas e o cerne da economia''.

É possível conciliar duas lógicas na Amazônia, nas Amazonias? A lógica do primeiro projeto pauta-se por práticas extrativas. Mas, como Homma (1993) já preconizava, pode ser visto como um ciclo econômico finito. Suas fases seriam três e se manifestavam distintamente. Para o autor:

> Na primeira, a extração aumenta, associada a um crescimento da demanda. Na segunda, a capacidade de aumentar a oferta chega ao limite, em face dos estoques disponíveis e do aumento no custo da extração (com o aumento da área de coleta). Na terceira, a extração começa a declinar, em função da entrada no mercado do produto domesticado, desde que a tecnologia de domesticação esteja disponível e seja economicamente viável. A expansão da fronteira agrícola, a criação de alternativas econômicas, o aumento da densidade demográfica, a degradação da floresta e a substituição dos produtos também induzem esse declínio (HOMMA, 1999, p.02).

Colocado, sob o entendimento da economia neoclássica, o extrativismo apresenta limites visíveis. Deste modo, as Reservas Extrativistas, os modelos alternativos de desenvolvimento das populações tradicionais da Amazônia - organizadas num processo de ocupação ribeirinha, assentada na rede natural de rios e igarapés - não podem oferecer grandes alternativas. O caminho apontado por Homma (1993) seria o da domesticação das espécies e plantas passíveis de serem exploradas. O quadro abaixo ilustra a posição de Homma (1993, p. 70):

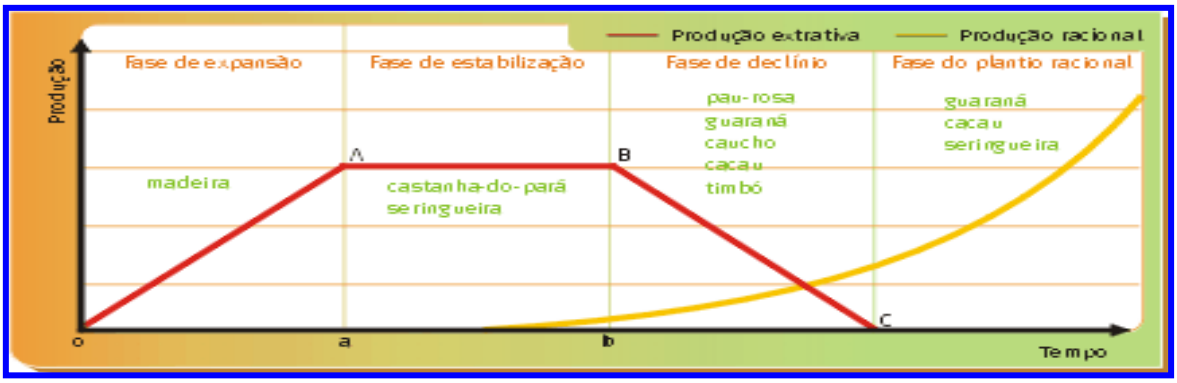



**FIGURA 1 -** Ciclo do extrativismo vegetal na Amazônia
**Fonte:** HOMMA (1993).

Para Schwartzman (1994), o extrativismo não é a solução para os problemas da Amazônia, mas também não está destinado ao desaparecimento e pode complementar a renda das outras atividades econômicas tornando-se essencial para a sobrevivência da população de baixa renda. Neste sentido, os produtos extrativistas podem constituir fontes importantes de renda para as populações florestais e as iniciativas para fortalecer e ampliar os mercados para novos produtos devem ser reforçadas.

Rego (2009) analisando o extrativismo enquanto proposta de desenvolvimento nos coloca o neoextrativismo como proposta. É claro que o conceito deste, refaz os caminhos dos sistemas agroflorestais (VIANA, 1993), no sentido que seja possível aliar o SAF numa combinação de agricultura, extrativismo e outros modos de vida sustentáveis (MVS) próprios das populações tradicionais da Amazônia.

Sem escolher, o Amazonas acabou ficando com a alternativa de desenvolver seus municípios de outra forma. Pois, era notório que a criação do parque industrial e a expansão do comércio da Zona Franca de Manaus alavancaram a economia amazonense. Entretanto, com o parque industrial na cidade de Manaus, como afirma Bentes (1993), houve um esvaziamento do interior e uma acentuada estagnação do setor agrícola do Estado, frustrando a expectativa criada inicialmente pelo modelo de desenvolvimento Zona Franca.

Ocorre que na esteira do modelo de desenvolvimento ao Pólo Industrial de Manaus, vieram problemas das mais diversas esferas, que permeiam as áreas social, educacional, cultural e econômica, entre outros, e sua resolução é vital para o fortalecimento da economia do estado, principalmente do interior. Por isso, é criado o Programa Zona Franca Verde que envolve ações diretamente relacionadas com a geração de emprego e renda, aliadas a preservação e conservação da natureza e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais.

Mas, políticas públicas no Amazonas voltadas aos modos de vida sustentáveis são relativamente novas. Embora, ufanando-se do sucesso de Mamirauá, o Governo do Estado só passou a seguir esta dinâmica a partir de 2003, acompanhado o movimento internacional de criação de unidades de conservação (UC). Tal estratégia prevê o desenvolvimento sustentável econômico, social e ambiental e, também, tenta diferenciar a política atual do Amazonas com a de governos anteriores. O modelo de unidades de conservação adotado são as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que facilitam o processo de criação e dão garantia de uso dos recursos as comunidades tradicionais ali instaladas. Witkoski e Souza (2008, p. 15) as caracterizam como aquelas que relevam:

> [...] uma possibilidade de criar as condições em nível microsocial que viabilizem a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais locais, concomitantemente à manutenção dos recursos naturais dos quais fazem uso. Neste sentido, a proposta configura-se, potencialmente, como um instrumento de gestão ambiental capaz de proporcionar uma apropriação racional e sustentável das potencialidades naturais, assim como a reprodução social e cultural das populações locais. Para tanto, a sinergia entre o conhecimento científico e o saber tradicional passa a ser uma condição necessária para a construção de uma política capaz de realmente promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental na área. O diálogo de saberes e a proposta da gestão compartilhada tornam-se condições fundamentais para se alcançar resultados satisfatórios no projeto da RDS.

As RDS, podem se transformar em espaços de produção econômica e melhoria da qualidade de vida, pois, segundo a Lei N.º 9.985 (SNUC), as unidades de conservação de uso sustentável são constituídas por áreas públicas ou privadas cujo objetivo é disciplinar o processo de uso e ocupação do solo e promover a proteção dos recursos naturais que se encontram em seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das comunidades tradicionais.

Mas, a política que se desenvolve a partir delas é essencial. Desta forma, passemos analisar como o Amazonas tem construído uma nova racionalidade de uso dos recursos naturais pelas comunidades locais.

O Amazonas, por exemplo, se destaca na produção vegetal de culturas industriais, a produção de fibras como a malva e a juta. Há também, a produção do açúcar mascavo que cresceu de 2.200 t do produto, em 2002, para 3.299 t em 2006, representando um incremento de 49,95%. Na agroindústria do palmito, o Amazonas possui hoje uma área cultivada de 4.000 hectares com pupunheira, para a produção de palmito e frutos. O quadro a seguir mostra o crescimento das áreas plantadas e a produção das culturas industriais no Estado.

**QUADRO1 -** Demonstrativo da produção do Amazonas – comparativo 2002-2006

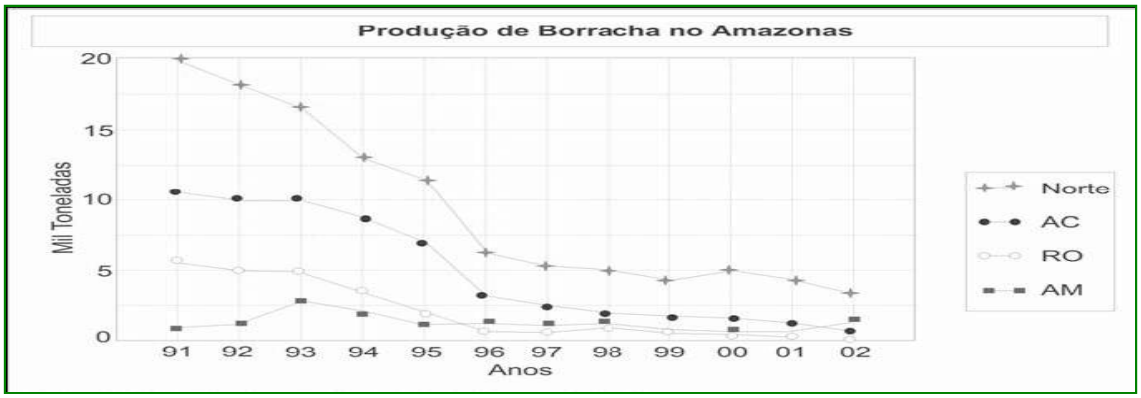
| DISCRIMINAÇÃO | 2002 | | 2006 | |
|---|---|---|---|---|
| | ÁREA (HÁ) | PRODUÇÃO t. | ÁREA (HÁ) | PRODUÇÃO t. |
| Pupunha | 4.351 | 947 t. Palmito | 4.220 | 902 t. |
| Juta/malva | 8.552 | 12.500 t. fibras | 13.774 | 24.679 t. fibras |
| Cana de açúcar | 5.535 | 292.358 t. cana<br>2.230t. Açúcar Mascavo | 6.071 | 294.995 t. fibras<br>3.299t. Açúcar mascavo |
| Guaraná | 9.525 | 498 t | 7.532 | 704 t |
| Café | 5.496 | 5.009 t | 5.503 | 5.438 t |
| Mandioca | 84.286 | 218.406t farinha | 95.851 | 290.011 t farinha |
| Pimenta do reino | 98 | 153 t | 159 | 334 t |
| Urucum | 64 | 70 t | 85 | 84 t |
| Cacau | 236 | 70 t | 897 | 597 t |
| Sistema agroflorestal | 485 | | | |
| Total | 118.626 | - | 135.125 | - |

**Fonte:** IDAM. Quadros Consolidados de formento de 2002-2006.

Porém, para as várias cadeias onde não se obteve uma racionalidade do cultivo, o setor amarga tímidos resultados e com eles toda uma população que não entra nas tristes estatísticas. Um exemplo é a Cadeia do Látex que segundo o IBGE (2002), está presente em vinte municípios do Amazonas. Dentre eles, sete respondem por mais de 85% da produção estadual, de 2.012 toneladas, em 2002. Essa produção é 983% menor que em 1910[1] e 23% menor do que a de 1990, de 2.654 toneladas.Vejamos o gráfico com a redução da cadeia extrativa no norte e no Amazonas:

[1] As informações foram extraidas do livro do professor Brandford Burns que escreveu em 1965 ", *Manaus, 1910: Retrato de uma cidade em expansão,* no qual analisa o ponto de inflexão do período áureo da borracha.

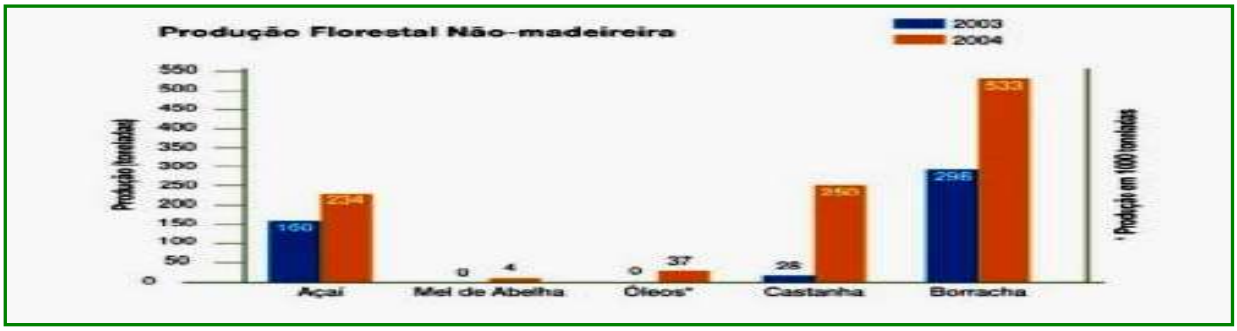
**GRÁFICO 1 -** Produção extrativa vegetal




**Fonte:** IBGE-Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Extrativa Vegetal (ano 1990 a 2002).

O aumento expressivo na produção não-madeireira resultou na redução, em 21% do percentual de desmatamento no Amazonas de 2004 em comparação com 2003, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2005 Não esta nas referências). Entre as ações financiadas pelo governo, destacam-se o incremento no financiamento do Açaí, o inicio da extração de óleos vegetais (copaíba, andiroba e patoá), o inicio da produção da apicultura e da cadeia de castanha.

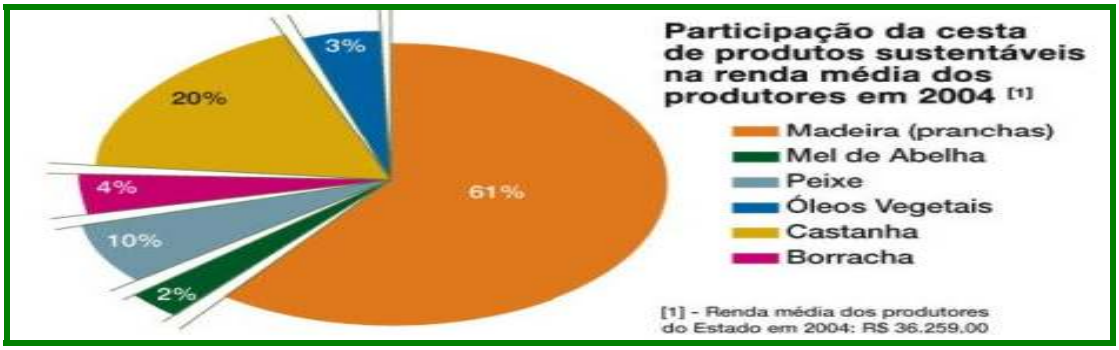
**GRÁFICO 02 -** Produção florestal não-madeireira no Estado do Amazonas




**Fonte:** AMAZONAS, SDS, 2004.

No manejo de peixes obtemos uma produção de 840 toneladas, e uma renda média por família de R$ 3.583,33. O manejo de lagos beneficiou 600 famílias, 50 comunidades, num total de 152 lagos manejados. O peixe passa a ser um dos principais itens da cesta de cadeia sustentável do Amazonas. Vejamos o gráfico abaixo:

**GRÁFICO 03 -** Cesta de produtos sustentáveis do Estado do Amazonas




**Fonte:** AMAZONAS - SDS, 2004.

Como podemos observar, há um aumento significativo na produção de produtos e uso de recursos naturais. As populações tradicionais são incentivadas a utilizar os produtos madeireiros e não madeireiros e a vender os seus produtos originários da floresta no mercado nacional. Conforme dados do Relatório de Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS, 2006), dentre os muitos resultados, destaca-se também, a elaboração de 288 planos de manejo florestal madeireiro em pequena escala (de até 500 hectares), nas regiões do Alto Solimões e Juruá, gerando 3.456 novos empregos, entre diretos e indiretos, garantindo uma renda bruta média, por plano de manejo, da ordem de R$ 21.189,00.

Nas comunidades tradicionais da Amazônia a produção familiar trabalha com um diversificado elenco de produtos, cultivados nas unidades produtivas, seja para subsistência ou para o mercado, incluindo produtos alimentares, como frutas, olerícolas, pescado, produtos extrativistas vegetais e alguma pecuária familiar de auto-sustentação. Observa-se ainda que a renda complementa-se com a construção de canoas e embarcações, instrumentos para lavoura branca e para a pesca (como cestos, fornos de farinha, presas, gamelas, peneiras, redes, tarrafas e espinheis dentre outros) que são componentes importantes na renda familiar.

Passemos a analisar o conceito que pauta esta racionalidade e políticas ambientais do Amazonas, compreendendo as práticas de extrativismo como uma pluriatividade que envolve a prática de atividades agrícolas e não-agrícolas na unidade produtiva, o que foi nominado como neoextrativismo ou sistemas agroflorestais.

Aqui, adotamos o conceito de Bioextrativismo que Rego (2009) postulava sem grandes intenções, para compreender a dinâmica de ocupação o espaço na Amazônia e apropriação da natureza pelas comunidades locais. Para Rego (2009, p. 07)

> A atividade inclui não só o uso imediato (coleta de recursos animais e vegetais), mas também usos mediatos (cultivos, criações e beneficiamento de produtos) da biota, por meio da produção familiar ou

> comunitária e dentro dos valores e crenças das sociedades que habitam os ecossistemas da região. Assim, o bioextrativismo das populações tradicionais pode ser definido como a intervenção, na biota dos ecossistemas naturais, pelo homem (componente da biota), baseada na racionalidade da reprodução familiar/comunitária e determinada por seu universo cultural, fundado na simbiose prática e simbólica com a natureza. Tal intervenção visa produzir biomassa útil e é regulada por sistemas de manejo imediato, associados à introdução e exploração de plantas e animais em níveis pouco intensos, que não alteram substancialmente a comunidade biótica do ecossistema. Esse novo conceito de extrativismo transcende o nível econômico.

A Zona Franca Verde é o bioextrativismo, não no sentido lato de zona franca, mas com apropriação social da natureza pelas comunidades - como aquele capaz de fazer entender melhor a relação dessas comunidades com as florestas, os rios, a água, a fauna, a flora e os peixes da região Amazônica.

É o bioextrativismo - o extrativismo para a vida, ou o entendimento do homem como parte da biodiversidade e da biodiversidade como parte da vida do homem - que molda a racionalidade ambiental presentes em caboclos, índios, varzeiros, praieiros, ribeirinhos, castanheiros, farinheiros, caçadores, povos de terra-firme, lagueiros, canoeiros, igarapezeiros, barqueiros, agricultores, pescadores, plantadores de juta. Para estes há determinados peixes que não são comidos em determinadas épocas; árvores que não são extraídas; áreas que não devem ser desmatadas, determinados animais não são comidos ou caçados em determinados tempos ou não são comidos de forma nenhuma.

É esta extração apenas para a necessidade diária que constrói modos de vida sustentáveis na Amazônia, no Amazonas. É esta presença humana de baixo impacto para o ecossistema que são incentivadas nos programas multisetoriais do Zona Franca Verde.

Existe uma relação dialética entre os seus modos de vida e o seu meio, no qual, práticas como: a pesca de subsistência, o plantio para o sustento, a medicina natural, a utilização de fontes de água naturais para consumo, transporte e lazer, e outras, tanto precisam da natureza preservada, do direito ao seu uso e acesso, quanto contribuem para a sua preservação. Existe, pois, uma interdependência, uma preservação conjunta entre povos e/ou comunidades tradicionais e os recursos florestais e hídricos.

## ALGUMAS CONCLUSÕES

Podemos afirmar, com base nestes nos indicadores de produção detalhados acima, que as ações do programa ZFV estão gerando oportunidades e empregos, no âmbito do desenvolvimento sustentável e beneficiando as famílias rurais que não participavam diretamente no processo de desenvolvimento. Constata-se que tais ações só foram atingidas graças ao fortalecimento da assistência

técnica, extensão florestal, organização e dinamização das cadeias produtivas.

Estes usos múltiplos apóiam a sustentabilidade das áreas amazônicas e precisam ser mantidos nas políticas de desenvolvimento dessas áreas. Neste sentido, é preciso otimizar a produção ribeirinha realizando uma revolução *tecnoprodutiva* (BECKER, 2005) de beneficiamento, comercialização e incorporação de novas formas extrativas de produtos naturais para garantir o prolongamento de uso e a fixação do homem no interior com condições dignas de sobrevivência e de reprodução social, traduzindo-se em ganho para a sociedade e para o Estado, uma vez que reduz o êxodo e pode em longo prazo melhorar a qualidade de vida destas comunidades.

Sabemos que essa mudança de paradigma das políticas públicas será uma conquista demorada e exigirá um melhor entendimento de todos das novas formas de adaptação ao espaço, de investimento público e, principalmente, da participação destas comunidades como agentes de gestão destas políticas em suas áreas.

No sentido mais amplo, o Bioextrativismo é conceito fundamental para entender as práticas de ocupação na Amazônia que se paute pelo uso feito pelas comunidades tradicionais. Ampliando o conceito para uma abordagem das Ciências Sociais e Antropologia é possível perceber várias destas relações. Em primeiro lugar, que relação com o ambiente tem alguém que é dono de um lago (lagueiro)? Ele faz uso deste seu território com certa visão de uso: é ele que o limpa, mas também é ele que determina que usa o seus recursos e quanto usa. Outro exemplo claro é o dono da praia. Em sua praia só pesca ou planta o que ele quer. É ele que determina como fará o uso para o plantio e estabelece com esse espaço uma união dialética e também antropológica. Se nossa visão se abrir perceberemos que, como todo amazônida sabe lagos, igarapés, praias, acabam tomando o nome de seu 'dono' e as comunidades obedecem a esse sentido de propriedade, de pertencimento. É esse processo de simbiose onde o homem se vê como parte da floresta e a floresta como parte de sua vida que chamamos de Bioextrativismo.

Evidencia-se um processo diferenciado no Amazonas, onde o modo de vida assumido pelas comunidades amazônicas após a ocupação nos rios e na floresta vem justamente expressar os avanços em matéria de preservação do meio ambiente e passam a fazer parte das políticas públicas. As práticas dos povos e comunidades tradicionais encontram-se completamente referidas aos diversos tipos de usos dos recursos naturais nos locais onde eles vivem. Este tipo de prática tradicionalmente desenvolvida faz parte da reprodução física e natural dos diferentes povos e comunidades.

**REFERÊNCIAS**

AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas. **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Estado do Amazonas - Zona Franca Verde (ZFV)**. Manaus, 2002.

AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Estado do Amazonas**: Relatório de Gestão. Manaus, 2005. 54 p.

AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas. SEPLAN. **Condensados de Informações Municipais**, 2006.

AMAZONAS. Governo do Estado do Amazonas. SDS. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no Estado do Amazonas**: Relatório de Gestão. Manaus, 2004. 54 p.

BRASIL. Lei N.º 9.985 de 18 de Julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: MMA, 2001.

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III terceiro milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTES, R. M. **A Zona Franca e o Processo Migratório para Manaus**. 1993. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém.

GONÇALVEZ, C. W. P. **Amazônia, Amazonias**. São Paulo: Contexto. 2000.

HOMMA, A. K. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. EMBRAPA: Brasília, 1993.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: FURB, 2001.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Extrativa Vegetal ano 1990 a 2002**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. acesso em: 12.mar. de 2009.

REGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Revista eletrônica com Ciência.** Disponível em **<**http://www.comciencia.br/comciencia>. Acesso em: 10 maio 2009.

ROMEIRO, A. R. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** Texto para Discussão. Campinas: IE/UNICAMP, 2001. nº. 102.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: Crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SCHWARTZMAN, Stephen. (1994). "Mercados para Produtos Extrativistas da Amazônia Brasileira". in ARNT, Ricardo(org.). *O Destino da Floresta: Reserva Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia.* Rio de Janeiro, Relume Dumará.

STAHEL, A. W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1994. p. 262.

VIANA, V. M. **Sistemas Agroflorestais e Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1993.

WITKOSKI, A. C.; SOUZA, D. S. R. O mundo como invenção: uma análise do surgimento e formação da reserva de desenvolvimento sustentável Piagaçu-Purus. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 29., 2007,Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.